

Pauta: Abril laranja

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): (10h) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Bom dia a todos. Hoje a pauta é o Abril Laranja, mês da prevenção contra a crueldade animal, e quem a solicitou foi a Ver.^a Lourdes. Contamos com a presença do Ver. Oliboni, da Ver.^a Lourdes, Ver.^a Tanise, Ver.^a Mônica e eu. Foram convidados o gabinete do prefeito, o Gabinete da Causa Animal, a Procuradoria-Geral do Município, a Vigilância Sanitária, a Unidade de Saúde Animal Victoria, a Secretaria Municipal de Segurança, a Coordenação do SEIC, o Comandante da Guarda Municipal, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Temos alguns painelistas, o Dr. Mauro Moreira, médico veterinário; o Paulo Ramires, diretor da EPTC; o delegado César Carrion, da 15ª Delegacia de Polícia Civil; a bióloga Patrícia Witt, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente; a Dra. Ana Laura Moraes, da Fundação Bichoterapia. Eu gostaria de dar uma boa notícia aqui, o prefeito sancionou uma lei de minha autoria que cria o Programa de Banco de Utensílios e de Ração para Animais em Porto Alegre. Ele sancionou em março, e a notícia que eu soube é que provisoriamente as doações devem ser feitas em horário comercial na sede do Gabinete da Causa Animal, na Avenida João Manoel, 157/sala 204, aqui no Centro Histórico. Essa é uma boa notícia, que é o pontapé inicial, uma lei que cria o Programa de Banco de Utensílios e de Ração para Animais em Porto Alegre. A Ver.^a Cláudia também entrou na sala, e também o Marcelo Nascimento, Comandante da Guarda Municipal. Bom dia a todos. De imediato, passo então a palavra para a Ver.^a Lourdes, proponente desse tema de hoje, tão importante.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Bom dia a todos, aos nossos convidados, àqueles que estão também participando pelo *link* da reunião *on-line*. Nós convidamos pessoas que estão envolvidas com a causa animal porque hoje, depois de mais de 20 anos, temos desde a Delegacia de Polícia Amiga dos Animais; nós temos o Gabinete da Causa Animal ligado ao gabinete do prefeito; nós temos quatro programas, que depois vão ser abordados para o controle

populacional. E também, na linha do que o presidente falou, este mês vai ser regulamentada a lei das empresas Pet Play. E também, quem maltratar animal, considerando o Abril Laranja, não poderá mais ter o animal sob sua guarda. Então, são algumas alterações na legislação, que vêm em benefício da causa. Mas o que é o Abril Laranja? Ele foi consagrado contra a crueldade animal para conscientizar as pessoas sobre o combate à violência contra os animais. Foi iniciado nos Estados Unidos, em 2006, pela sociedade americana para a prevenção da crueldade aos animais. Nós temos também a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, da UNESCO, que preconiza que todos os animais nascem iguais diante da vida e têm o mesmo direito à existência. Um estudo feito pelo Instituto Pet Brasil, diz que há 185 mil animais de estimação, sendo que 60% são vítimas de maus-tratos. E tem toda uma legislação, e nós vamos começar falando pela ordem, presidente, pelo gabinete do prefeito, que está representado pela veterinária Patrícia. Bom dia, doutora, vamos abordar, o tema é livre, o que está sendo feito, o que Município avançou; e também tratar um pouco de zoonoses, tem algum programa, como é que está sendo feito esse combate.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Ver.^a Lourdes, vamos fazer o seguinte, eu vou chamar os vereadores que quiserem se pronunciar numa primeira fala, e depois eu vou passar para a senhora conduzir. Está o.k.?

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Está bom.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): A Ver.^a Psicóloga Tanise está com a palavra.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Bom dia, presidente, Ver. José Freitas; bom dia demais colegas vereadores, convidados para esta reunião; e eu quero um saudar aqui a nossa colega, Ver.^a Lourdes Sprenger, por ter proposto esta pauta. A pauta de hoje, então, é sobre o Abril Laranja, que é o mês

de conscientização e prevenção contra a crueldade animal. A data serve, então, para a gente lembrar que, assim como a vida humana, a vida dos animais, seja um cachorro, um gato ou qualquer outro animal, deve ser preservada e cuidada. Isso significa que qualquer ato de violência ou crueldade contra os bichinhos não deve ser tolerado. Nenhum ser vivo merece ser vítima de maus-tratos, e é importante então proteger todos os bichinhos, os animais, que, muitas vezes, eles são indefesos com certeza. Então, é importante, quando a gente vê alguma situação de violência, de maus-tratos, é importante sempre fazer algo, como acionar a lei de maus-tratos, o disque-denúncia para que esse animal seja resgatado e que tenha todos os cuidados que ele precisa. É importante também dizer que essa questão da violência, dos maus-tratos não é somente física, a gente pode pensar em outros exemplos, como o cuidado com o próprio Pet, como não oferecer comida, não oferecer água, esse animal ficar em condições impróprias, deixar um animal amarrado com correntes, isso é uma situação que, muitas vezes, a gente vê nas casas das pessoas, às vezes um animal o dia inteiro preso numa corrente. Enfim, usar o animal para rinhas, enfim, machucar, mutilar, largar, abandonar na rua, esses são todos exemplos de maus-tratos assim. Então, é uma pauta, é uma causa muito importante, e, com certeza, um dos principais desafios da causa animal é lidar com os animais vítimas de crueldade. Então, Ver.^a Lourdes, parabéns pela pauta, e desejo a todos uma ótima manhã.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Muito bem, obrigado, vereadora. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Eu me sinto contemplada com a fala da Ver.^a Lourdes e da Ver.^a Tanise. Aliás, quero registrar aqui, sempre que eu tenho alguma preocupação com animais, eu procuro a Ver.^a Lourdes, que é *expert* nessa área. Então, eu vou ficar aqui como ouvinte e assino embaixo do que a Tanise disse, esse abuso, esses maus-tratos psicológicos também são

extremamente graves, porque os animais são seres vivos. Então, fico participando da reunião, escutando as posições dos convidados.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ver^a Mônica Leal. O Ver. Aldacir Oliboni gostaria de fazer uso da palavra?

SRA. VANESSA GOULART: O Ver. Aldacir Oliboni está em uma reunião na Assembleia Legislativa. Acho que ele está só assistindo *on-line*, acho que não poderá falar agora.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Só queria parabenizar a proposição da Ver.^a Lourdes Sprenger, que trabalha incansavelmente em prol desse tema que é tão importante. Fazer das palavras da Ver.^a Tanise as minhas, realmente a gente precisa trabalhar cada vez mais em prol da segurança dos nossos animais. A gente sabe que muitos bichinhos sofrem muito com péssimos donos, e eles não podem se manter com essas pessoas, porque é lamentável algumas coisas que a gente acaba vendo. Essa pauta veio bem a calhar hoje, porque eu estou num momento bem difícil, a minha cachorrinha está internada, e aí a gente vê o quão importante esses bichos são para a gente. Eu vou fechar aqui, porque vou me emocionar e vai ficar feio na fala. São a alegria da nossa casa, quem cuida de verdade, quem gosta, quem ama seu animal acaba sofrendo junto, sofrendo muito. Eu estou passando por um momento bem difícil hoje... mas vai passar. Parabenizar a Ver.^a Lourdes e vamos ouvir o que vocês têm para nos trazer porque é muito importante a gente cuidar dos nossos bichinhos.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ver.^a Cláudia. Melhoras para a sua “filhinha”. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para conduzir os trabalhos.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Muito bem, presidente, eu passo a palavra para a veterinária Patrícia. Acho que ela vai fazer uma rápida apresentação de projetos, do combate também à violência. Hoje nós temos também o presidente Ramires, lá da EPTC, que vai falar de uma política pública que é case para o País sobre animais.

A Sra. Patrícia Martins, secretária do Gabinete da Causa Animal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, está com a palavra.

SRA. PATRICIA MARTINS: Bom dia a todos. Saúdo o presidente da Mesa e demais autoridades. Meu nome é Patrícia Martins, sou veterinária e estou atualmente coo secretária municipal do Gabinete da Causa Animal. Venho conversar com vocês sobre as nossas ações. O gabinete em ação conjunta com a DGF, que é a diretoria-Geral de fiscalização, é um setor que demanda todas as fiscalizações do Município e também da causa animal. Como nós trabalhamos? A veterinária da causa animal vai em ação com o fiscal, e essas demandas vêm pelo telefone 156. Somente em três meses que estamos atuando em 2023, mais de 742 denúncias, estamos com esse dado bem preocupante. Quando a gente chega no local, e se a gente constata maus-tratos, pela veterinária, esse animal tem que ser recolhido. Muitos desses animais têm que ser albergados no abrigo municipal, que estamos operando com um excesso de animais, a capacidade está intensa. Então, é preocupante, nós não temos ajuda de outros setores que conseguem nos auxiliar nessas doações, porque as pessoas não querem fazer adoção desses animais também. Precisamos de ajuda.

Eu vou tomar a liberdade aqui para pedir, para os componentes da Mesa e da reunião, que nos ajudem a divulgar esses animais que sofrem maus-tratos, porque eles precisam de uma família também. Todas as ações que a gente está fazendo são em parceria com as delegacias amigas dos animais, que esse ano a gente as homenageou com a medalha de Porto Alegre.

Fora essas denúncias, existem outros programas o gabinete faz, especialmente para aqueles tutores com excesso de animais em que o gabinete vai e, em

alguns casos, a gente também vê maus-tratos. Nesses locais, a gente tenta fazer uma orientação para esses tutores, como a Ver^a Tanise falou, em relação a correntes muito curtas, a falta de alimentação desses animais, e essas pessoas, às vezes, elas não têm noção de que isso é maus-tratos. Então a gente tem todo esse trabalho com eles, levando as pessoas também para outros setores da Prefeitura, que é a CASM – Coordenação de Atenção à Saúde Mental, porque tem um pouquinho sobre o acumulador de animais. É mais ou menos isso, fico à disposição para perguntas.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Poderia falar sobre os programas de controle populacional, que vocês estão com unidade móvel.

SRA. PATRÍCIA MARTINS: Nós temos quatro programas: um deles é o USAV, uma nova empresa entrou agora em abril; a Clínica, do Paraná – lá a gente faz o controle populacional também, mais diversos atendimentos veterinários e cirurgias; o castramóvel, que é uma clínica credenciada, que também é o Clínica, que hoje está nas ilhas fazendo as 620 castrações, durante três dias; também nós temos o programa de descentralização das clínicas, hoje são nove clínicas descentralizadas na região norte, na região central, na região sul e o nosso castramóvel próprio, que vai começar a operar em maio deste ano, nas regiões que têm mais vulnerabilidade social. Ano passado, nós tivemos 22 mil castrações e este ano a nossa meta é mais do que 25 mil castrações.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Muito bem. As perguntas nós vamos, inclusive, receber e encaminhar para vocês, para dar oportunidade para todos falarem. Eu vou passar a palavra ao presidente Ramires, que está aqui, para ele falar, porque muitas pessoas desconhecem o trabalho da EPTC em relação os animais. Bom dia, presidente.

SR. PAULO RAMIRES: Bom dia, Ver.^a Lourdes; bom dia, Ver. José Freitas, presidente, em nome dos senhores, cumprimento os demais vereadores e

autoridades presentes na reunião. Desde já agradeço, Ver.^a Lourdes, pelo convite para participar aqui e poder passar para os senhores esse projeto, esse programa, na verdade. É um programa já instituído pela EPTC, que a gente exerce, efetivamente, desde o ano de 2009, mas, a partir de 2016, 2017, com aprovação a então da Lei nº 10.531, que instituiu essa política pública de redução da circulação de veículos de tração animal na cidade de Porto Alegre, com mais efetividade. Então a gente vem exercendo esse programa, que já é uma atividade consolidada aqui na EPTC e que conta com muitos parceiros. Como falou a vereadora, é um case que a gente faz questão de mostrar e que é procurado por muitos municípios do Estado e até fora do Estado, uma forma de como enfrentar essa questão dos veículos de tração animal circulando nas grandes cidades. Muitas vezes utilizados em serviço pesado, em situações de maus-tratos, e que Porto Alegre, a partir então da Lei nº 10.531, conseguiu vencer essa pauta e vem obtendo resultados positivos no enfrentamento a essa situação de maus-tratos, que eram vivenciadas especialmente pelos cavalos, pelos equinos da nossa cidade. Eu gosto de dizer também, que mais do que uma lei que instituiu de forma gradativa a proibição da circulação de veículos de tração animal na cidade de Porto Alegre, foi uma lei que instituiu uma política pública, e que a gente utiliza este case desde a sua origem, desde a sua intenção, ou seja, do nascedouro da lei, e todas as etapas que estavam previstas na execução da lei, partir da vigência dela, elas foram cumpridas, todas essas etapas foram cumpridas. No primeiro momento, muito importante, um longo processo, quando foi promulgada, estabeleceu como prazo máximo para a proibição da circulação em toda cidade de veículos de tração animal, oito anos, mas durante os anos em que teve essa vacância, a lei também trouxe para o município algumas outras obrigações do ponto de vista social, que cada uma delas foi cumprida. Nesse aspecto, a lei foi assertiva na proposição das medidas e o Poder Executivo Municipal, ao longo dos anos, também foi efetivo na implementação dessas medidas. Então eu acho que é importante a gente falar, vereadora, que hoje a gente tem um resultado muito positivo do ponto de vista de prevenção dos maus-tratos dos cavalos da nossa cidade como utilização para

tração de veículos de carga; antes disso, a gente trabalhou numa política pública de acolhimento das pessoas que trabalhavam nessa condição, por que é verdade, sim, que nós tínhamos, desde sempre, desde a aprovação da lei, aquelas pessoas que não tinham nenhuma preocupação com o bem-estar animal, com o bem-estar do cavalo, mas também havia pessoas que tinham o cuidado necessário ou que, pelo menos tinham a intenção de ter o cuidado necessário, que precisavam utilizar deste meio de transporte para seu sustento diário. Então, a lei, quando foi proposta, trouxe algumas medidas de acolhimento dessa população; ela estabeleceu etapas para executarmos o acolhimento dessas pessoas: primeiro, a identificação, conhecer quem é esse público, saber quantas pessoas, qual o perfil dessas pessoas, que público é esse com o qual a gente vai precisar trabalhar. Após a identificação desse público, reconhecimento desse perfil foi montado um escritório específico para isso, um setor específico na Prefeitura Municipal para fazer o acolhimento dessas pessoas; então, durante determinado período, foi ofertado, para aquelas pessoas, que, por iniciativa, procuraram o escritório ou que, capitaneadas pela ação dos agentes públicos municipais, dentre os quais, nós da EPTC, nos nossos bairros, essas pessoas foram acolhidas nesse escritório, foi oportunizado ali um acolhimento, a inscrição, a matrícula e a presença em cursos profissionalizantes, de forma que a gente pudesse capacitar, antes mesmo de chegar lá naquele período, estipulado pela lei, com proibição da circulação das carroças da cidade de Porto Alegre. A gente teve a oportunidade de fazer a capacitação dessas pessoas, prepará-las para o mercado de trabalho, dar oportunidade, através de outras formas, como cursos de padeiro, de costura, na construção civil, dar treinamento para que essas pessoas, ao fim e ao cabo, quando não pudessem mais utilizar a carroça como meio de sustento, estivessem habilitadas para irem para o mercado de trabalho e conseguir o seu sustento de uma forma até mais formal, oferecer para suas famílias uma condição melhor de vida. Durante este período recebemos de forma voluntária a entrega das carroças, a entrega dos animais, dos cavalos, para que a Prefeitura pudesse fazer também o acolhimento desses animais, de forma a colocá-los em atividades adequadas, em tratamento

adequado. Essas pessoas então, que nos traziam voluntariamente a carroça e o cavalo, recebiam uma certa indenização, um valor indenizatório por aquilo; então, a gente promoveu, durante oito anos, antes de iniciar efetivamente a ação coercitiva, ações que proporcionaram maior dignidade para essas famílias, maior condição de sustento, através de serviços formais, colocados no mercado formal de trabalho. Bom, passado esse período de acolhimento e de recebimento de forma voluntária dessas carroças e dos animais, os cavalos, passamos para implementação de forma gradativa, conforme previa a lei, através de alguns bairros, estabelecemos um cronograma, partindo da área central para os bairros mais distantes, a proibição efetiva do trânsito de carroças na nossa cidade. Um foco muito importante e principal de poder, caros amigos, fazer a prevenção de maus-tratos dos animais. A gente entendia... É verdade, sim, que o trânsito de carroças traz prejuízo à circulação, uma vez que é um veículo que transita de uma forma mais lenta, traz maior risco para quem está sendo transportado, mas o foco principal das ações era a prevenção dos maus-tratos aos cavalos; a gente tinha muito vivo na nossa cidade, era muito comum a gente encontrar, qualquer cidadão, transitando na nossa cidade, muitas vezes, equinos maltratados, machucados, sendo utilizados no transporte de material reciclável ou no transporte de mudança muitas vezes. Então, de forma gradativa, a gente foi implementando a proibição da circulação de veículos na nossa cidade, partimos dos bairros centrais para os bairros mais distantes, onde predominava a circulação ou a necessidade de as pessoas de circularem, através de carroça; então, a gente foi implementando de forma gradativa. Desde então surgiu uma situação que nos foi apresentada: bom o que fazer com a carroça que é recolhida, de que forma acolher, de que forma a tratar o esquino que é recolhido numa situação dessas, seja por estar circulando em local proibido, estar sendo conduzido em local proibido, seja por o termos encontrado em situação de maus-tratos. Então, junto com outros parceiros, com uma parceria muito forte também do Ministério Público, que sempre esteve presente nessa causa na cidade de Porto Alegre. Nós assinamos, lá em 2010, quando fizemos um Termo de Ajustamento com o Ministério Público, e nos comprometemos, a EPTC, em que

pese a atividade-fim diretamente ligada às atribuições da EPTC fosse cuidar da circulação, proibir a circulação de carroças no nosso trânsito, havia, naquele momento, uma carência no Município de um abrigo adequado para que a gente pudesse fazer o acolhimento desses animais, então, que fossem recolhidos. Bom, então desde 2010, nós nos responsabilizamos, havendo a necessidade de que, para a implementação ou para a sequência da implementação dessa política pública, do ponto de vista de inserção das pessoas e da proteção dos animais, fosse instituído então no Município de Porto Alegre um abrigo que fizesse o acolhimento adequado aos animais recolhidos. Bom, então nós estabelecemos, com recursos próprios da EPTC, e, desde então, começamos a instituir o abrigo, formamos o nosso abrigo para recolher esses animais, e, ao longo dos anos, desde 2010 até o presente momento, a gente vem aprimorando cada vez mais as condições de atendimento que a gente oferece para os animais, para os cavalos que são recolhidos aqui na nossa cidade, de novo, seja por maus-tratos ou porque são flagrados sendo conduzidos no trânsito da cidade puxando carroça, carregando pessoas, carroças ou cargas, muitas vezes. Então a gente melhorou essas condições. Hoje, nós temos, lá na Zona Sul de Porto Alegre, no Extremo-Sul, no Lami... Tive a satisfação de receber a Ver.^a Lourdes lá no nosso abrigo, assim como outros vereadores que já estiveram lá, para conhecer o tratamento que a gente dá, onde a gente faz, então, o recebimento, o acolhimento animal. Muitas vezes, chegam lá em condições de saúde precárias, debilitados. Temos a obrigação de ter um veterinário, que, quando necessário, é chamado para fazer o atendimento, e esses animais são tratados lá, eles ficam lá acolhidos. Com recursos próprios da EPTC, a gente faz todo abastecimento da alimentação, da medicação que é necessária. É verdade que nós temos também outros parceiros que nos ajudam, muitas vezes, em algumas ações específicas, mas a gente vem mantendo o abrigo e dando tratamento adequado aos animais que para lá são levados.

Bom, a gente tem alguns números que a gente pode apresentar para os senhores do total de animais que já foram recolhidos pela EPTC desde o ano de 2009. Desde o ano de 2009, a gente já vem fazendo esse trabalho; a gente

respeitou a questão da circulação prevista, porque a lei aprovada em 2008 permitia por mais oito anos, mas a gente, já em 2009, começou a flagrar e a fazer o recolhimento de animais que a gente encontrava e identificava em situação de maus-tratos, em situação debilitada. Muitas vezes, inclusive, animais abandonados em áreas públicas; nós éramos – e somos até hoje – instados pela população ou pelas nossas equipes que fazem o trabalho de rua, a gente é chamado, identifica o animal, faz o recolhimento. Então, desde 2009, para os senhores terem uma ideia, já foram mais de 4,4 mil animais que a gente retirou ou que a gente acolheu lá no nosso abrigo, que foram identificados, muitos deles, em situação de maus-tratos. Situação de maus-tratos, nesse período, são cerca de 500 animais que foram então recolhidos ou acolhidos por nós lá, porque estavam em situação de maus-tratos. Bom, aí o que a gente faz, amigos, com o animal que a gente recolhe, que a gente acolhe, faz toda a alimentação, todo o tratamento? O que a gente faz? Nós precisamos encontrar, junto com outros parceiros, um encaminhamento adequado para que esse animal possa passar a ter uma vida ou um tratamento adequado com alguém que o acolha em sua residência. É verdade que a gente precisa, por força da lei, alguns animais que são encontrados abandonados na cidade de Porto Alegre, a gente devolve para o proprietário, e o proprietário vai lá e comprova para a gente que o animal ou fugiu do local onde estava, ou alguém deixou, ou arrebitou uma cerca e o animal acabou saindo do local onde ele estava protegido. Então a gente faz a devolução. Mas todos os animais que a gente recebe lá, todos os animais que a gente recolhe, além do tratamento adequado, a gente faz uma chipagem desse animal, a gente identifica esse animal para todo sempre. Então, a partir desse momento, mesmo que ele seja devolvido para o proprietário, se o proprietário for lá reclamar a sua propriedade, mesmo que ele seja devolvido, essa identificação do equino nos permite fazer o acompanhamento ao longo da vida dele, se vai ter situação de abandono novamente, se o proprietário que recebeu o animal de volta está tratando de forma adequada, se eventualmente ele vai ser pego de novo, sendo usado para transportar carroça na cidade de Porto Alegre, para transportar carga. Então todos os animais que passaram pelo nosso depósito

foram identificados e a gente consegue manter o acompanhamento dele por toda a vida. Aqueles animais que não são reclamados, que são recebidos por nós e que a gente consegue, através do tratamento, deixar em boa condição de saúde, em boa condição de vida, a gente abre para adoção. Nós já tivemos, ao longo do tempo, mais de mil que foram doados para pessoas que nos procuram e levam para seus sítios, levam para um lugar adequado, melhor que o abrigo que a gente tem, que recebe carinho dos seus familiares, enfim, muitos utilizados tratamento de saúde de jovens e adultos, crianças. Mas também esses animais que são doados são identificados, e anualmente, nesses que são doados, a gente faz uma vistoria, a gente faz uma visita, uma conversa com quem o adotou para perceber em que situação esse animal está, se ele está de fato sendo bem tratado e bem cuidado, e além disso a gente vai mantendo esse histórico todo, e pelo compromisso assumido lá em 2010 com o Ministério Público, a gente informa mensalmente ao Ministério Público quantos animais a gente recolheu, quantos a gente conseguiu dar o atendimento adequado, recuperar a saúde, quantos, eventualmente, maus tratos foram identificados, porque a Brigada Militar e o Batalhão Ambiental são nossos parceiros nessa questão dos maus tratos, porque todo cavalo, todo animal que a gente encontra ou que a gente recebe identificado numa situação de maus-tratos, a gente registra ocorrência e busca a responsabilização junto à Brigada Militar e à Polícia Civil. Aqui eu vejo o delegado Carrion, amigo de tantas batalhas, a Polícia Civil também vai na busca de identificação e responsabilização dessas pessoas que causam os maus tratos. Então, vereadora, de forma muito breve, e peço desculpas aos parceiros se me alonguei, mas é porque o tema é apaixonante e a gente gosta muito desse trabalho aqui na EPTC. Mas de uma forma resumida, esse é o trabalho e a contribuição que a gente vem conseguindo dar para o bem-estar dos animais aqui na nossa cidade de Porto Alegre.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada, presidente, realmente apaixonante o tema. Passo a palavra ao comandante Nascimento.

SR. MARCELO NASCIMENTO: Bom dia, vereadora, bom dia a todos, muito obrigado pelo convite. Replico as palavras do Ramires: o tema é apaixonante e de suma importância, afinal de contas, nós vivemos numa sociedade onde estamos revendo conceitos, estamos revendo uma série de fatores da nossa convivência humana, e a questão dos nossos pets, dos nossos animais, não pode fugir dessa evolução da sociedade que está acontecendo agora. A Guarda Municipal, em todo desenvolvimento das suas atividades, está dando ênfase não apenas no apoio aos nossos parceiros da fiscalização, do trânsito, das outras instituições de segurança, mas também nas nossas próprias ações visando inclusive – com a lei de autoria da Ver.^a Lourdes – a questão do cuidado aos animais. A principal dificuldade que encontramos lá na ponta, vereadora, é justamente na configuração do flagrante. Muitas vezes nós precisamos apoio técnico, certificação técnica de que aquele pet está sendo maltratado, porque muitas vezes nós não conseguimos flagrar o ato no momento, apenas encontramos sinais de desnutrição, malcuidado, sujeira, e muitas vezes é muito difícil de configurar o maltrato sem o apoio técnico. Mas mesmo com todos esses desafios e dificuldades, podem contar com a guarda como parceira para ombrearmos esta luta pelo direito dos animais, que afinal de contas, são nossos direitos também. Estamos à disposição para qualquer situação.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Eu sei que a Guarda Municipal trabalha com o gabinete da causa, sabemos dessas dificuldades, dos reencaminhamentos, e também da nova atribuição que vocês têm, que nós aprovamos aqui para também cuidar de maus-tratos, com drone também, pode tocar o drone se não abrir a porta. Muito bom. Passo a palavra ao delegado César Carrion, pois nós também homenageamos as delegacias amigas dos animais aqui na Câmara, que prestam um relevante trabalho numa região que têm muitos animais. Bom dia, delegado, César.

SR. CÉSAR CARRION: Bom dia, Ver.^a Lourdes, em primeiro lugar eu saúdo o Presidente da Câmara, Ver. José Freitas, e a senhora, e em nome de vocês,

saúdo a todos os presentes. Depois de toda essa exposição do Ramires aí, eu estou me sentindo pequenininho, ele discorreu de uma maneira muito inteligente à causa; eu me senti até diminuído porque eu tinha preparado alguma coisa, agora me constrangi, Ramires, fora de brincadeira.

A delegacia nossa, é a 15ª DP, um distrito de Porto Alegre que fica na zona Leste, e a partir de 2021 foi agraciada com o selo de Amiga dos Animais. Bom, isso coincidiu com o advento do aumento de pena do crime de maus-tratos aos animais; que eu vou abordar, rapidamente daqui a pouco.

O que acontece? Antigamente, como todo mundo sabe, os animais eram tratados como coisas, eram pouco valorizados, até na nossa legislação penal. A gente vê que pela própria Lei de Contravenções Penais existia a contravenção de crueldade contra os animais, que é uma pena muito pequena e que ninguém dava bola. Porque eu digo isso, não querendo comparar, há algum tempo participei de uma força-tarefa que combatia jogos de azar, e a gente via que era só “enxugar gelo”, fechavam os bingos, aquelas máquinas caça-níqueis e tal, e resultava num TC. Aí a pessoa, o rapaz, o explorador, pagava uma cesta básica e tal e ficava rindo da gente. Então que bom que a pena aumentou, e a gente pode, atualmente, executar um trabalho com maestria. Destacando isso, a gente diz que os animais não têm condições de se defender sozinhos, salvo os animais selvagens que vivem dentro do seu ecossistema, mas estou falando de animais domésticos que, na verdade, são dependentes, dá até para dizer que são como crianças que dependem da gente. Então a gente tem que fazer um trabalho de conscientização para que as pessoas tratem bem os seus pets. Não quero também criminalizar aquelas pessoas mais humildes, elas têm todo o direito de ter os animais, mas que elas os tratem com respeito e carinho, possibilitando uma vida bacana, legal, dentro das suas condições econômicas.

Eu vou falar da Lei de Crimes Ambientais que é de 1998, [Lei nº 9.605](#), é uma lei genérica que trata sobre os crimes ambientais, contra a flora, contra a fauna, a poluição, crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural e crimes contra a administração ambiental. Também ali já foi exposto, nesse art. 32, praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos

ou domesticados, nativos ou exóticos. Só que a pena também, se não me engano é de um a quatro meses e multa, e o resultado, para nós, é muito pouco produtivo, ou seja, também a pessoa pagava uma cesta básica. Mas com o advento dessa lei, e de alguns anos para cá muitas coisas se modificaram, não digo que houve uma revolução. Eu digo que se modificaram, por exemplo, os circos que se apresentavam e expunham os animais, e a gente sabia que era com agressividade, com abuso, com crueldade, foram proibidos. Eu sou contra também a animais expostos em zoológicos, salvo aqueles animais que são resgatados, ou estão com a saúde precária que não têm condições mais condições de voltar ao seu habitat.

Bom, não quero me estender muito. Hoje, na esfera penal, esse art. 32 foi alterado em 2020. Na época, eu me lembro que o texto previa crimes contra os maus-tratos para todos os animais, só que o presidente sancionou apenas se tratando de cães e gatos. Então isso é um crime, e a crueldade é um crime que vai da ação e também da omissão.

O nosso trabalho depende muito dos médicos veterinários, então a gente considera maus-tratos todo ato direto ou indireto, comissivo ou omissivo, que intencionalmente ou por negligência ou imprudência provoque dor ou sentimento desnecessário aos animais. Como eu digo, a nossa delegacia faz um trabalho preventivo e um trabalho repressivo, mas a gente não quer prejudicar as pessoas, ao contrário, tanto que a gente faz primeiro é, recebendo a denúncia através de uma ocorrência policial, uma informação do próprio gabinete da causa animal, denúncias de gabinete de inteligência e outros mais, dar uma analisada porque, muitas vezes, aquelas denúncias não são verídicas, são atritos entre vizinhos, um quer prejudicar o outro, e acaba fazendo uma denúncia vazia, vamos dizer assim. A gente sempre vai no local primeiro, constata e vê se tem alguma coisa de errado e, sempre que possível, depois, se há alguma irregularidade, a gente chama um profissional da saúde, que é o veterinário, para nos ajudar e nos possibilitar com a materialidade. Digo isso, que a matéria está se tornando importante, claro, ainda não anda a passos largos, e hoje existe a Vara Criminal em Porto Alegre, a 9ª Vara, que foi destacada especificamente

para tratar de crimes da causa animal. Eu participei, no ano passado, de várias reuniões da Amiga dos Animais, que é a 2ª DP, na época a delegada era a Ana Luiza Caruso, eu e ela fizemos um fluxograma de como deveria funcionar o trabalho investigativo policial, vai ser passado, talvez, só para Porto Alegre ou para todo Estado que já está nas mãos da chefia de polícia, estamos aguardando. A gente fez um fluxograma dos procedimentos que deve se fazer quando se constata maus-tratos contra os animais. Gente, nós estamos engatinhando e tudo depende de recursos. A Ver.^a Lourdes, no ano passado, lutou por nós, pela 15ª, e conseguiu uma verba considerável que era para a gente comprar equipamentos, comida, remédios para os animais, dinheiro que viria da Prefeitura, parabênizo o prefeito Sebastião Melo, infelizmente não conseguimos porque, até então, esbarramos na parte administrativa. Vamos ver se a gente consegue vencer a barreira e que essa verba venha para nós e que venha nos ajudar. Gente, estou me estendendo muito, eu queria dizer para vocês que a causa animal é antiga, mas a conscientização é recente e deve continuar. Obrigado pela oportunidade.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Para lhe dar a notícia, ontem a gente falou com o inspetor que conseguiu a documentação em tempo e o recurso vai chegar. A Prefeitura exigiu o documento, então está certo que vai chegar. O documento para repassar o recurso para seu setor de atendimento aos animais, teve um outro rito por ser uma delegacia estadual; vai chegar. Delegado Carrion muito obrigada.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Eu gostaria de perguntar para o delegado e para as pessoas responsáveis desta da área, algo que me preocupa muito é a fiscalização. Eu tenho andado pela cidade de Porto Alegre e reparo que ainda contamos com aquela preocupação dos filhotes em gaiolas, gaiolas com aqueles aros que machucam as patinhas, ficam expostos nas vitrines das lojas de pets e, quando questiono, eu canso de questionar, a resposta é que eles ficam só por duas horas, depois eles sobem. Assim como também, esses dias, eu entrei numa

veterinária à noite, que fui buscar um remédio do meu cachorrinho, e me deparei com vários cachorros numa sala, latindo muito e tinha um som alto de um rádio e o funcionário estava numa outra sala, eu perguntei para ele o que estava acontecendo, a gente sabe, é um dito popular, que os cachorros têm uma audição muito maior do que o ser humano, eles escutam muito mais, então o quanto não estariam sofrendo aqueles animais. Me preocupa muito esta falta de fiscalização na área animal na cidade de Porto Alegre.

SR. CÉSAR CARRION: Em primeiro lugar, nós fizemos parte de um distrito policial na Zona Norte, onde os recursos são pequenos e também os policiais que trabalham são diminutos, são muito aquém daquilo que nós necessitaríamos. No início, em 2021, todas as denúncias que vinham para nós e a gente fazia por toda Porto Alegre, não deu, a demanda era muito grande. Hoje em dia todas as delegacias de Porto Alegre são concorrentes, não se tornou competência exclusiva nossa. Na medida do possível, a gente faz esse trabalho, mas também tem a própria Brigada Militar, a Guarda Municipal, todo mundo vai ajudar. Como eu digo, é um trabalho que não está andando a passos largos, está começando a conscientização das pessoas a verem que os animais são importantes, que os animais ajudam, inclusive, na recuperação de pessoas doentes, é um animalzinho que tem uma grande importância no nosso mundo. Para responder, por exemplo, na semana passada, nós fizemos uma denúncia sobre um cão que estava machucado, aí as meninas foram no local, fotografaram, aquela coisa toda, aí o Gabinete da Prefeitura nos acompanhou e esse cidadão era um acumulador. Chegamos lá, ele já tinha retirado o animalzinho e, depois a gente conversou com o advogado dele que contou onde estava animal, então fomos e buscamos o animal. Ele foi examinado pelos veterinários, estava em medianas condições, então foi devolvido para esse acumulador. Foi dado um prazo para ele e ele daqui alguns dias nós retornaremos para fiscalizarmos e vermos como está esse animal. Como eu digo, nossos recursos humanos são pequenos e, na medida do possível, a gente

faz essa fiscalização. Só que, como eu digo, quem trabalha na causa animal – uma coisa minha – não pode ser de ativista, tem que ser profissional.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Então o senhor diria que para melhorar a fiscalização, nessa questão dos maus-tratos animais e também dessas lojas que vendem filhotes, onde ficam expostos em condições de maus-tratos... Eu considero que um animalzinho, um filhote, numa gaiola, por horas no sol, com aqueles arames, onde não tem nem chão para o cachorro caminhar, o senhor diria que a necessidade seria de recursos financeiros para que se aumentasse o efetivo dessa fiscalização, seria isso?

SR. CÉSAR CARRION: Seria isso, sim. Vontade não falta, o que falta é recurso. E, como eu digo, a Polícia Civil faz um trabalho investigativo e ela depende de denúncias que chegam até nós. Já o trabalho de fiscalização na rua, aí já é policiamento ostensivo, da Brigada Militar, da Guarda Municipal e outros órgãos.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Pois então, a outra questão que eu quero levantar nesta reunião, do Abril Laranja, é da necessidade de uma campanha publicitária, uma ampla campanha publicitária de castração também. Por enquanto é isso.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Eu acho que o que a Ver.^a Mônica está falando é de uma ampla campanha do que está sendo feito nos quatro programas de controle populacional para atingir 80 mil castrações. Realmente só tem saído nas redes sociais da Prefeitura, na mídia externa não tem saído muito.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Exatamente, eu falo na mídia externa que atinge um grande número da população, porque só nas redes sociais eu não vejo grande resultado.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Está bem, Mônica. Eu vou passar a palavra para o veterinário Mauro Moreira, do Conselho Regional de Medicina Veterinária.

SR. MAURO ANTONIO CORREA MOREIRA: Bom dia a todos, gostaria de parabenizar a Ver.^a Lourdes por trazer esse tema de total relevância para nós e, principalmente, para a sociedade. Estou aqui do Município de Marau, perto de Passo Fundo, num grande evento sobre saúde única também em prol dos animais, principalmente as doenças emergentes que esses animais podem transmitir para a população. Então estamos num um grande evento aqui e eu não poderia deixar de dar minha participação nessa reunião tão importante. Eu estava vendo aqui a importância, Lourdes, de reunir os demais vereadores, também quero estender os meus parabéns, e as entidades, porque quando se trata de maus-tratos aos animais, devemos envolver todos os entes. Então, que bom ver o pessoal da EPTC, o pessoal da delegacia, o pessoal da Prefeitura Municipal que trabalha também com esse projeto amplo. Eu gostaria de falar que é um tema de total relevância para o Conselho de Medicina Veterinária, porque os médicos veterinários estão sob a tutela do Conselho de Medicina Veterinária e eles são os únicos profissionais habilitados a dar laudo de maus-tratos sobre os animais. Quando a gente fala de maus-tratos, não tem como dissociar dos médicos veterinários. Quero até mesmo parabenizar o Rio Grande do Sul pela criação das delegacias de defesa dos animais. Acho que o Estado foi pioneiro, e agora nós estamos cobrando também que tenha médicos veterinários nas delegacias, para que possam avaliar a questão dos maus-tratos. Eu gostei muito da palavra do colega da EPTC, quando nós falamos de maus-tratos, nós não podemos dissociar maus-tratos da questão social. Nós sabemos que os grandes gargalos da questão, principalmente de animais... (Ininteligível.) ...estão nos bairros e vilas das nossas cidades. A gente sempre fala que a prática na causa animal deve ter a interligação com outras secretarias, a secretaria social e a secretaria de saúde, que também deve ter coparticipação. Eu tive oportunidade, Lourdes, e até me proponho, estou vendo que este grupo é um grupo de

interessados nesse assunto, a trazer a nossa colega, vice-presidente de Goiás, ela é médica veterinária e psicóloga. Ela tem um estudo sobre a questão dos acumuladores de animais. Ela fala dessa questão que, até mesmo sob o enfoque da psicologia, é uma patologia, e ela faz todo um estudo. Muitas vezes, a pessoa acha que está fazendo o bem para os animais e não está fazendo o bem para os animais, mas, no entendimento dela, sim. Eu me proponho a trazer essa colega lá de Goiás, para que nós possamos realizar um evento em Porto Alegre sobre esse assunto também importante.

Outro assunto importante, Lourdes – é bom aqui a presença dos vereadores –, é que nós sempre cobramos do Legislativo e do Executivo que tenha verba que se destine a esse propósito. Nós não podemos ficar falando de política pública só quando tem dinheiro, não, a política pública deve ser constante. Ela deve constar nos orçamentos das prefeituras municipais já como um orçamento destinado a essa área, porque daí nós teremos um orçamento para trabalhar em cima dessa área. O que nós vimos na maioria dos municípios é que as políticas públicas só funcionam quando se tem dinheiro, elas não têm um orçamento definido. Até uma colaboração a todos os vereadores, que nós também sugerimos ao colega vereador de Bento Gonçalves que é da causa animal, é que, dentro de alguns programas da prefeitura, um exemplo, o estacionamento rotativo, em Porto Alegre, é muito forte também, que 0,001% seja destinado para esse fim, porque aí nós teríamos um orçamento constante para essa política pública. Seria um avanço, porque a gente fala que a política pública de conscientização das escolas, de toda a preparação... Porque, quando a gente fala em recolher animais, nós estávamos falando, além de recolher os animais, nós temos que fazer a formação dessas novas crianças, principalmente, na escola. O porquê que não se deve abandonar animal, ou por que é que, quando adota um animal, tem que ter responsabilidade. Só castrar não vai resolver o problema, todo estudo comprova isso. A castração é uma das formas de impedimento, mas que bom que nós temos também hoje nas prefeituras esses setores, hoje quase todas as prefeituras estão delegando essa importante função também da proliferação de animais. A causa de animal é muito mais

ampla, a questão do bem-estar é muito ampla também, nós poderíamos falar o dia inteiro sobre as áreas da questão do bem-estar animal, mas eu tenho que dizer que é bom que nós possamos criar este debate, como nós estamos criando aqui, trazer para a sociedade. Nós temos, eu acho que eu ouvi alguém explanando aí, que falar mais para fora, porque nós discutimos muito essa questão do bem-estar animal entre nós mesmos, e a gente sempre fala que nós temos é que falar para a sociedade sobre a importância disso. É muito importante usar os canais de comunicação, usar a mídia da Câmara, da Prefeitura, para que nós possamos falar sobre essa responsabilidade.

Lourdes, eu não quero me estender mais, eu vi que tem vários colegas que vão dar a sua contribuição. Quero dizer que o conselho regional tem a sua sede em Porto Alegre e tem outras cinco regionais no Rio Grande do Sul, e também acolhem denúncias sobre maus-tratos. Lembro que maus-tratos é crime, então, quando o conselho recebe essas denúncias, ele encaminha às delegacias, aos órgãos competentes para investigar, nós não temos uma ação efetiva sobre crimes. A gente fala que, quando é crime, é polícia, é caso de polícia, mas nós fizemos todos os encaminhamentos necessários para que essas ocorrências sejam previstas. Lourdes, eu não quero me estender e quero dizer que a parceria que nós já temos com a Câmara de Vereadores, através da tua pessoa, que o conselho, além da questão dos maus-tratos, fala sobre outras áreas muito importantes para os animais e para as pessoas. Nós nos colocamos à disposição de todos os vereadores, das entidades aqui, para que nós possamos criar um evento presencial aí em Porto Alegre sobre esse tema. O conselho já se compromete, neste momento, a trazer palestrantes que falem sobre isso no Brasil. Esse é o nosso compromisso com vocês, Lourdes.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada, Dr. Mauro, pela presença, pela participação *on-line*, enriquecedoras as suas colocações, e essa previsão, como eu já falei, nós estamos organizando para trabalhar com o conselho nessas palestras futuras. Muito obrigada.

SR. MAURO ANTONIO CORREA MOREIRA: Dra. Lourdes, aqui ao meu lado está um médico veterinário da cidade de Marau, vice-prefeito, Dr. Rui Gouvêa, já foi secretário da saúde, um dos primeiros secretários médicos veterinários do Rio Grande do Sul numa secretaria de saúde, e ele quer dar os parabéns para vocês pelo tema proposto.

SR. RUI GOUVÊA: Meu bom dia, vereadora; parabéns por defender essa causa tão importante nesse contexto que a gente vive. Nós temos aqui em Marau, só para teres uma ideia, cinco veterinários que fazem o trabalho conosco dentro da prefeitura; temos também um trabalho de prevenção, de controle da natalidade dos cães aqui em Marau, mas tudo organizado através de uma médica veterinária que tem uma formação exatamente para essa área. Parabéns para a senhora, que defende a causa animal, e um veterinário que não defende a causa, não pode! A gente fica muito orgulhoso em tê-la conosco e poder saber que uma vereadora de Porto Alegre defende essa causa tão importante na nossa sociedade. Um abraço, parabéns, eu desejo sucesso para a senhora.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Dr. Rui, muito obrigado, já estive em Marau mais uma vez, conheço as veterinárias dedicadas ao bem-estar animal e as protetoras – a gente gira!

Passo a palavra à Dra. Patrícia Witt, bióloga, com larga experiência em pesquisa, representante da Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA. Bom dia, Patrícia, agradeço a presença.

SRA. PATRÍCIA WITT: Bom dia a todos e a todas, gostaria, inicialmente, de parabenizar a Ver.^a Lourdes pela exposição dessa pauta, que tem tamanha grandiosidade e é extremamente relevante, e que possamos avançar nessas discussões. Diante de todas as explanações, eu gostaria de ressaltar a questão da normativa federal, a Lei nº 9.605 de 1998, que embora não traga consigo a integridade da proteção da fauna, ela dispõe de sanções penais administrativas resultantes de condutas contra animais silvestres, domésticos e domesticados,

nativos ou exóticos. Eu trabalho especificamente com fauna silvestre, mas essa normativa traz os animais domésticos, domesticados, nativos ou exóticos, e foi extremamente importante, a partir de 1998, para os municípios e para os estados poderem conduzir as suas próprias regras diante dessa normativa federal. Entendo que os municípios e estados buscam avançar nessas regras legais não só para proteção da nossa fauna silvestre, mas da nossa fauna doméstica, sobretudo os cães, os gatos e os cavalos, que são os animais que sofrem mais com os maus-tratos. O município de Porto Alegre tem a sua Lei Complementar nº 694, de 2012, que consolida a legislação sobre a criação, comércio e exibição de animais, enfim, estabelece uma política de proteção dos animais em Porto Alegre, e acho que diante dessas regras surgiram várias outras. A própria normativa nº 10.531 de 2008, que foi destacada pelo colega da EPTC, sobre a questão dos cavalos, e, por fim, a normativa proposta pela Ver.^a Lourdes, em 2021, que consolida um regime jurídico especial para os animais domésticos e de estimação, inclui novas práticas – para além da Lei nº 9.605 de 1998 – consideradas maus-tratos. Eu acho um tema bastante importante que envolve, além do bem-estar, a questão de saúde pública, envolve uma série de questões que permeiam as demais secretarias, como a Secretaria de Saúde, e é uma pauta extremamente importante e que precisamos avançar em relação ao bem-estar animal e à proteção tanto da nossa fauna silvestre como da doméstica e domesticada. Agradeço mais uma vez, não vou me alongar mais aqui na minha fala, tudo foi muito bem colocado pelas pessoas que me antecederam, agradeço a oportunidade e o convite da Ver.^a Lourdes.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Vamos passar a palavra para a ONG Bichoterapia, para a Ana Laura, que está representando a Dra. Waleska Cavalheiro, para trazer essa informação que talvez seja desconhecida essa atuação da fundação.

SRA. ANA LAURA MORAES: Bom dia todos. Saúdo o presidente da Mesa, demais membros presentes. O meu nome é Ana Laura, sou a atual presidente

da Fundação Bichoterapia. Quero agradecer, inicialmente, a Ver.^a Lourdes, que sempre está nos ajudando, e pelo convite desse tema importantíssimo, necessário, relevante e urgente. Eu vou começar falando um pouquinho sobre a fundação e contar a forma que nós encontramos de conscientizar a população sobre os benefícios dos animais, tanto em nível físico como emocional. Eu acredito que todos já tenham visto algum cachorro da raça Golden nos hospitais, os cachorros de raça fazendo terapia, com os doentes, crianças, mas a gente pensou o seguinte: de que forma a gente pode fazer para conscientizar as pessoas sobre os animais que são mais marginalizados, que são tidos inferiores, os sem raça definida, conhecidos como os vira-latas. Então a gente criou uma fundação de pet terapia, mas com cachorro sem raça definida. E eles conseguem fazer tudo que os cães de raça fazem, eu digo que até melhor. Então, a fundação foi criada para o bem-estar humano, nós realizamos pet terapia em hospitais, geriatrias, em escolas de crianças especiais, mas nós trouxemos esse protagonismo para os cachorros vira-latas, para que as pessoas os vejam como seres incríveis que eles são, têm esse olhar mais generoso, mais amoroso, que são seres dignos de todo amor do mundo, proteção. O nosso trabalho é gratuito, é voluntário, nós vamos onde precisarem da gente, mas nós dependemos de doação. Então, apesar de todas as dificuldades financeiras que a gente passa, nós seguimos felizes, porque nós vemos o impacto que nós temos, que a pet terapia tem na vida humana. Tem idosos que não falavam mais, na geriatria, depois que a gente levou a Pretinha, o Minga, a Luna, que são o nosso time, esses idosos começaram a falar, começaram a querer fazer carinho. E são pessoas que também tinham um animalzinho antes de irem para essa geriatria, são pessoas que, às vezes, tiveram a vida toda um cachorrinho, mas não podem ter lá. Então, esse é um trabalho que é muito emocionante, é significativo, sempre nos emociona. Nós que conduzimos eles, mas nós somos apenas um meio ali, quem faz a terapia é o cachorrinho. Então, nós vimos como eles são capazes, inteligentes. E é isso, a nossa forma de conscientizar a população de que todo o cachorrinho é inteligente, digno de amor, de cuidado. Tem muitas pessoas que dizem: “Mas eu não gosto de animais”. Não precisa gostar, não

prejudicando uma vida já está de bom tamanho. Há vários estudos que mostram que quem maltrata os animais têm propensão a cometer crimes violentos contra pessoas. Então, querendo ou não, tu estás dando um retorno para a sociedade, tratar bem um animalzinho é o retorno que toda a sociedade vai ter. É a importância de se prevenir, punir esse tipo de comportamento. Há diversos estudos que demonstram que são seres sencientes, todos nós já sabemos, dignos de amor, cuidado e proteção, enfim, não há mais espaço para maus-tratos na nossa sociedade, não há mais, com tudo que a gente já sabe, todos os estudos, todos os benefícios que esses cachorrinhos trazem em nível emocional, físico, a gente vê no nosso dia a dia como eles fazem bem para pessoas, é incrível. Eu queria que todos vocês um dia participassem de uma sessão de pet terapia, porque é incrível. A gente vê que as pessoas mudam, elas brilham quando veem o nosso cachorrinho chegando, já querem pegar no colo, é lindo. Então o nosso trabalho quanto aos maus-tratos é a conscientização. Eu fico à disposição para alguma pergunta.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): No final, vamos ver se há mais perguntas. Também poderão ser encaminhadas as perguntas a nós que, depois, a gente repassa a resposta. Nós temos um convidado de uma clínica, numa região...

SR. PAULO RAMIRES: Vereadora, eu peço desculpa pela interrupção, mas eu vou precisar me ausentar, infelizmente, não vou poder acompanhar o debate até o final, mas quero agradecer. Tinha me preparado para que a gente ficasse até o final, mas surgiu uma demanda que eu preciso resolver. Agradeço a oportunidade de expor o trabalho que a gente vem fazendo nesse tema. Eu vi que foi colocado ali, pela reportagem no *chat*, que tem uma matéria, um programa sobre adoção e recolhimento equinos, está disponível no YouTube, na TVCâmara, quem não conhece, eu convido a assistir. E peço a gentileza, Ver.^a Lourdes, que se, eventualmente, tiver algum questionamento, alguma demanda para nós, da EPTC, a senhora, por favor, acolha e me encaminhe depois.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada, será encaminhado. Realmente, o senhor explicou o que eu sempre digo: quantos municípios procuram a EPTC para conhecer esse trabalho que nós fizemos, esse trabalho, na Prefeitura, na nossa época de ativistas, com a inclusão social. Essa é a grande dificuldade de retirar as carroças com inclusão social, e esse é um case que a gente tem que divulgar. Muito obrigada, presidente, pela sua participação.

Então eu vou passar a palavra para o Dr. Raffael, médico veterinário, tem uma clínica qualificada no Extremo-Sul, numa região que tem muitos animais – muitos animais –, e é uma satisfação em lhe ouvir no Abril Laranja, porque, certamente, na sua clínica passam muitos animais com maus-tratos também, para o senhor fazer uma exposição do projeto também que o senhor está participando, uma mensagem também deste mês que a gente dá evidência para combater a crueldade.

SR. RAFFAEL BOCHI: Tudo bem? Bom dia. O meu nome é Raffael, e a gente trabalha aqui na Zona Sul de Porto Alegre. A gente está credenciado desde o início do projeto, e a gente acaba vendo, durante a rotina, a necessidade que esse tipo de projeto faz para a população. A gente consegue atingir a população mais carente, a população que realmente necessita de informações, e de castrar os animais para evitar o abandono, evitar todos os problemas que são decorrentes do acúmulo desses animais. Além da castração, a gente consegue conscientizar sobre a forma correta de cuidar, o que que é bem-estar o que que não é, à medida em que o tempo vai passando, a forma de cuidado e a necessidade real deles mudou bastante com as leis. Por exemplo, é de rotina os animais estarem amarrados, e não pode, não é correto. Então a gente consegue também conscientizar sobre a forma correta de cuidar deles, para que eles tenham um bom desenvolvimento até humanitário, sobre zoonoses. A clínica trabalha, a gente tem capacidade de castração de 500, 600, 700 cirurgias mensais, e eu acho que é isso. É a primeira vez que eu falo com tanta gente, até fiquei...

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sim, doutor, nós não fizemos presencial, por causa das agendas, e procuramos ouvir cada um, e você representa as clínicas veterinárias, que está numa região que sempre careceu de muito atendimento, e hoje se tem alguma coisa, como a USAV, que fica mais próximo, ou também na sua clínica, e nós sabemos que cada castração vai evitar de nascer “x” animais. Não é tudo, mas os outros programas de conscientização, que a gente já falou, campanhas de conscientização também, complementam esse seu trabalho, e de outras nove clínicas que estão conveniadas em Porto Alegre, por edital, por convênio. Não é assim, é feita uma seleção, a Prefeitura ainda vai no local verificar o estabelecimento. Mas, Dr. Rafael, é justamente para nós falarmos nesse mês Abril Laranja que se fez esta reunião na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, que ela já é tradicional, todo ano, desde que eu entrei aqui na Câmara, a gente realiza. Hoje há uma maior representatividade, desde delegacia, desde o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado, isso é muito importante, porque forma uma rede, uma pequena rede, e a gente aproxima pessoas também para termos melhor resultado. Se o senhor não tem mais nada a colocar... O nome da sua clínica é?

SR. RAFFAEL BOCHI: O nome da minha clínica é Animal Cause e fica na Restinga. Eu, pelo menos, consigo ver a necessidade que as pessoas mais carentes têm e, às vezes, acabam acumulando, às vezes tem uma fêmea ou duas fêmeas e, por descuido ou por falta de informação, não castram, e em pouco tempo já tem 15; duas ninhadas, e aí as pessoas acabam não conseguindo doar e começam a ficar, e isso acaba sendo um problema social. Eu parabeno essa forma de trabalho onde a gente consegue atingir pessoas e locais de difícil acesso, como vocês disseram que hoje lá Arquipélago, é um trabalho muito importante, porque é a única forma que a gente tem de diminuir, a médio e longo prazo, o abandono e os maus-tratos, todo esse assunto que envolve todos nós que estamos aqui presentes.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Pois é, Dr. Rafael, a gente costuma fazer os cálculos, 620 castrações, em média pela estatística, seriam 32 animais para cada castração. Nós reduziremos, vamos deixar de ter 19.840 animais nascidos vivos nas ilhas. Muita gente não sabe dessa prevenção.

SR. RAFFAEL BOCHI: É um excelente trabalho, e essa é a única forma de a gente conseguir, num futuro, resolver esse problema ou, pelo menos, diminuir a ponto de que se consiga controlar com uma facilidade melhor.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Exatamente. Menos oferta, mais procura. Poderemos encaminhar melhor esse trabalho continuado, reduzindo essa população de rua, essa população da periferia também.

Pois, então, Dr. Rafael, eu agradeço. Agora eu vou acho que passar para o Presidente, para ver se alguma colocação a mais, algumas perguntas que poderão ser encaminhadas para a Comissão de Meio Ambiente e que serão respondidas. Vamos ter a colocação do Presidente, depois eu faço um breve encerramento.

SR. RAFFAEL BOCHI: Parabéns pelo trabalho.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Pergunto se algum vereador gostaria de fazer o uso da fala?

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Não, presidente, estou contemplada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Ver.^a Lourdes, o que mais me chamou atenção e até foi uma colocação da Ver.^a Mônica, foi sobre a publicidade externa. Eu acho que nós temos que trabalhar essa questão com a Prefeitura pelo fato de ... nesses dias, eu visitei uma acumuladora que pediu ajuda lá no Lami, e ela tem cães mutilados a facção, é triste de ver. Ela tem três assim com estado muito grave. E eu acho que nós temos que trabalhar essa da publicidade externa para

que a população de Porto Alegre saiba das leis existentes principalmente, e do trabalho que Porto Alegre está realizando nesse tema. Eu acho que temos de trabalhar nesse sentido. Da minha parte, eu quero agradecer a todos os participantes, a todos os painelistas, a todos que estiveram conosco até agora. A Ver.^a Lourdes está com a palavra para fazer o encerramento.

VEREADORA LOURDES SPRENGER: Presidente, é muito boa a sua parceria também porque eu já tenho falado, mas, às vezes, a comunicação entende que a rede social chega às pessoas. Nós somos uma cidade de quase um milhão e meio de habitantes que precisam receber essa informação, até pelas zoonoses que hoje não foram faladas, nós temos que conscientizar. Mas, da mesma forma, eu quero agradecer à veterinária Patrícia, do Gabinete da Causa Animal, dizendo que todas as solicitações devem ser encaminhadas via 156. O presidente Ramires que veio trazer ... é a primeira vez que a EPTC vem trazer mais completamente essa política pública que funciona e que ainda existem carroças que vêm dos municípios vizinhos ou de dentro de zonas da periferia e que são combatidas. Na medida em que se registra várias denúncias, a EPTC faz *blitz*, para resgatar carroças irregulares que não podem circular.

O nascimento da Guarda Municipal, que tem um setor de fiscalização junto com GCA. O delegado Carrion sempre muito atencioso, uma delegacia muito atuante, e desejamos que o recurso venha; hoje vamos ver onde ele está parado. O Dr. Mauro do Conselho Regional de Medicina Veterinária é um veterinário do interior e é muito acessível, nosso parceiro. O Dr. Rui, vice-prefeito de Marau, uma cidade tem veterinárias envolvidas. A Secretaria do Meio Ambiente; a Ana Laura, representando a única fundação que eu conheço no Brasil como Fundação de Terapias com Animais, a Bichoterapia. O Dr. Rafael que tem uma clínica e eu estive lá, tem um equipamento que precisa investir muito para ter aquele equipamento; é uma clínica bem qualificada. Que continuemos o trabalho para o controle da população. E para quem vai nos assisti ou vai nos assisti pelo *link*, a gente também está à disposição para novas divulgações. Que chegue mais à

população esta campanha, e nós vamos cobrar, sim, Ver. Freitas. Obrigada a todos.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado; um bom dia para todos. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h28min.)

TEXTO SEM REVISÃO